



Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO, ESPORTE, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA, OBRAS E MEIO AMBIENTE.

Nº do processo: 18807/2025

Projeto de Lei Ordinária nº: 207/2025

Autoria: Kelley Bonicenha



EMENTA: INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE LINHARES, A CAMPANHA JUNHO VERDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **PARECER FAVORÁVEL.**

I. RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária nº 207/2025 de iniciativa da Vereadora Kelley Bonicenha, tendo por objeto instituir, no âmbito do Município de Linhares, a Campanha Junho Verde e dá outras providências.

A ilustre Procuradoria manifestou-se às fls. 14/18 proferindo parecer favorável ao prosseguimento do Projeto de Lei, tendo em vista ser constitucional e atender ao estabelecido na Lei Complementar nº 95/1998 quanto à técnica legislativa.

Emitido Parecer pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ), que opinou pela viabilidade do Projeto de Lei Ordinária nº 207/2025, às fls. 21/25, quanto aos aspectos legais e constitucionais da proposição.





II. DOS FUNDAMENTOS

Primeiramente, é importante registrar que esta Comissão não possui competência para analisar aspectos Constitucionais ou legais, devendo apenas analisar questões estritamente sociais, conforme preceitua o Regimento Interno.

Desta forma, compete a esta Comissão emitir parecer sobre a matéria veiculada nos termos do art. 62, III, do Regimento Interno deste Palácio Legislativo que segue:

Art. 62. Compete:

[...]

III – à Comissão de Educação, Cultura, Turismo, Esporte, Saúde, Assistência Social, Segurança, Obras e Meio Ambiente:

- a) exarar parecer sobre matéria atinente à **educação em geral**, desenvolvimento do turismo, cultural, inclusive patrimônio histórico, geográfico, arqueológico, artístico e científico, diversões e espetáculos públicos, **datas comemorativas**, homenagens cívicas e denominações de logradouros públicos, práticas esportivas e de lazer;
- b) exarar parecer sobre matéria atinente à **saúde** e assistência social em geral, higiene e profilaxia sanitária, assistência sanitária, alimentação e nutrição;
- c) exarar parecer sobre matéria atinente à **cidadania**, à segurança pública, aos direitos do consumidor;
- d) exarar parecer sobre matéria atinente aos planos de desenvolvimento urbano, controle do uso do solo urbano, sistema viário, trânsito, parcelamento do solo, edificações, realização de obras públicas e política habitacional do Município;
- e) exarar parecer sobre matéria relacionada à política e sistema municipal do **meio ambiente**, ao saneamento básico, à proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais e ao desenvolvimento sustentável.

A proposta legislativa ora em análise propõe a criação da "Campanha Junho Verde", a ser realizada anualmente durante o mês de junho, com o objetivo de promover a educação ambiental, a sustentabilidade e a conscientização sobre o descarte correto de resíduos sólidos.

O projeto também propõe a Semana Municipal de Conscientização sobre o Descarte Correto de Lixo, a ser realizada na segunda semana do mês de junho, com o objetivo de sensibilizar a população quanto aos impactos do descarte irregular de resíduos e estimular práticas de separação na origem, reaproveitamento e destinação adequada.





Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

A iniciativa, vinculada ao desenvolvimento sustentável, consumo e produção responsáveis, tem o escopo temático alinhado às matérias atinentes às atribuições de manifestação dessa Comissão Residual, em especial quanto aos tópicos de saúde, cidadania, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, conforme dispõe o artigo 62, III, *a*, *b*, *c* e *e*, do Regimento Interno dessa Casa.

Em âmbito nacional, a Campanha Junho Verde foi instituída pela Lei nº 14.393, de 4 de julho de 2022, a ser celebrada anualmente como parte das atividades da educação ambiental não formal e com o objetivo de desenvolver o entendimento da população acerca da importância da conservação dos ecossistemas naturais e de todos os seres vivos e do controle da poluição e da degradação dos recursos naturais, para as presentes e futuras gerações.

A institucionalização da campanha representa a criação de um marco temporal destinado a reflexão de temas críticos relacionados à preservação ambiental e à sustentabilidade. Nesse sentido, campanhas de conscientização são reconhecidas por eleger determinadas datas, podendo ser dias, semanas ou um mês específico dedicado a uma causa ou um tema, com o objetivo construir diálogos sobre a temática.

Neste intuito, são compartilhados conteúdos sobre os temas escolhidos de forma acessível e com linguagem compreensível no sentido de facilitar o acesso das pessoas às informações, constituindo-se como uma ferramenta de utilidade pública e de caráter pedagógico.

Os marcos temporais escolhidos são denominados dias, semanas ou meses de conscientização e, em alguns casos, ainda são escolhidas cores que marcam uma forma de representatividade e uma simbolização para a causa. No caso do projeto de lei em análise, é proposta a instituição da "Campanha Junho Verde" e a "Semana Municipal de Conscientização sobre o Descarte Correto de Lixo", como forma de sensibilizar a população





Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

sobre questões relacionadas à educação ambiental, sustentabilidade e o descarte correto de resíduos sólidos.

Segundo a Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente, o Brasil recicla 4% do seu lixo, e o levantamento mais recente do Ministério das Cidades indica que 14,3% dos descartes ainda são enviados para lixões e 11,9% para aterros controlados. A coleta seletiva, quando os resíduos são recolhidos já com separação entre materiais recicláveis ou não, é realizada em 32,2% das cidades no Brasil, menos de 1/3¹.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010, dispõe em seu art. 9º que a gestão e gerenciamento de resíduos sólidos deve observar a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Em que pese a cidade de Linhares apresentar bons índices relacionados à coleta de lixo, a criação da Semana Municipal de Conscientização sobre o Descarte Correto de Lixo é uma oportunidade de educação social contínua da população sobre os impactos do descarte irregular de resíduos, bem como para estimular práticas de separação na origem, reaproveitamento e destinação adequada.

Quanto **às potencialidades de recursos naturais da cidade de Linhares**, o município é contemplado e conhecido pela sua diversidade de recursos hídricos². No site da Prefeitura consta o dado de registro de mais de 70 (setenta) lagoas³, além das praias de Pontal do Ipiranga, de Degredo, de Regência e Povoação. Acrescentam-se ainda as cachoeiras de São Rafael; o complexo de águas da Lagoa Juparanã, incluindo a Praia de Três Pontas, a Praia do Minotauro, a Ilha do Imperador e a Lagoa Nova – todos com grande potencial turístico.

¹ <https://www.abrema.org.br/2024/09/19/brasil-recicla-apenas-4-mas-importa-lixo-para-a-industria/>

² <https://www.agazeta.com.br/es/norte/linhares-a-cidade-com-o-maior-numero-de-lagoas-do-es-0320>

³ <https://linhares.es.gov.br/lagoas/>





Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

Em relação à preservação do bioma Mata Atlântica, destacamos a Reserva Natural da Vale e a Reserva Natural de Goytacazes; além da Unidade Municipal de Conservação de Degredo – Parque Natural das Orquídeas e as atividades de conservação marinha desenvolvidas pelo Projeto Tamar.

O Projeto de Lei Ordinária nº 207/2025, ao instituir a Campanha Junho Verde, cria para a cidade um marco temporal de sensibilização e reflexão sobre a importância da preservação e cuidado desses bens, seja à nível local, regional, nacional ou mundial, considerando que o ciclo de sustentabilidade retorna à população o impacto das ações humanas na natureza.

Dessa forma, o Projeto de Lei Ordinária nº 207/2025, caso aprovado, será um importante instrumento de educação social para a sensibilização e construção de políticas públicas relacionadas à sustentabilidade e boas práticas ambientais, visando à construção de ambientes mais sustentáveis para viver, com reflexos na promoção da saúde dos cidadãos.

Quanto à inserção das temáticas da matéria legislativa no âmbito da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, destacamos os seguintes Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, a saber⁴:

Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 3 – Saúde e bem-estar

3.4 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar.

Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 4 – Educação de qualidade

4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

⁴ <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>





Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 12 – Consumo e produção responsáveis

12.5 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.

Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 16 – Paz, justiça e instituições eficazes

16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis

Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 17 – Parcerias e meios de implementação

17.14 Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável

São essas as considerações sobre a matéria do Projeto de Lei Ordinária nº 207/2025.

III. CONCLUSÃO

Pelo exposto, ante a análise e apreciação do projeto em tela, após os Pareceres da Procuradoria e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ), a Comissão de Educação, Cultura, Turismo, Esporte, Saúde, Assistência Social, Segurança, Obras e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Linhares é de **PARECER FAVORÁVEL** ao prosseguimento do Projeto de Lei Ordinária nº 207/2025, de autoria da Vereadora *Kelley Bonicenha*, nos termos em que fora proposto.

É o PARECER desta Comissão.

Plenário Joaquim Calmon, 25 de novembro de 2025.

ANTÔNIO CESAR MACHADO DA SILVA

(Professor Antônio Cesar)

Presidente

PAULO NUNES

(Paulinho do Maracujá)

Relator

JAGUARÁ MACHADO FEU

(Jaguará da Saúde)

Membro



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://linhares.nopapercloud.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100310037003200390032003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **PAULINHO DO MARACUJÁ (PAULO NUNES)** em 28/11/2025 16:33
Checksum: **BF18C7CCFE23D33CA063A4E036D42A152564AE5B7FF59CA04A9F7B024AC3DCAB**

Assinado eletronicamente por **PROFESSOR ANTÔNIO CÉSAR (ANTÔNIO CÉSAR MACHADO DA SILVA)** em 28/11/2025 16:45
Checksum: **2BA5E56554F06A3DD4440F3E9EBF0D62D4D44A0998F89C40E5B912523B024B21**

Assinado eletronicamente por **JAGUARÁ MACHADO FEU** em 02/12/2025 20:03
Checksum: **EEBBEA063B447F7D35CBACBF3416DE93CE16505E7B1715FB6FE79F8D86586007**



Autenticar documento em <https://linhares.nopapercloud.com.br/autenticidade>
com o identificador 3100310037003200390032003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.